

Sumário

Introdução	1
1 Do acervo legislativo estadual.....	11
1.1 Lei n.º 4.843/2006: Institui no calendário do Estado do Rio de Janeiro o dia do combate à intolerância religiosa	13
1.2 Resolução n.º 847/2009: Cria a Frente Parlamentar pela coexistência pacífica entre as religiões no Estado do Rio de Janeiro.....	15
1.3 Lei n.º 7.855/2018: Dispõe sobre os registros de ocorrências, envolvendo instituições religiosas e seus praticantes, e a produção de dados estatísticos pela polícia civil e instituto de segurança pública do Rio de Janeiro e dá outras providências.....	20
1.3.1 Lei n.º 8.343, de 01 de Abril de 2019: Altera a Lei n.º 7.855, de 15 de Janeiro de 2018 – Dispõe sobre os registros de ocorrências, envolvendo instituições religiosas e seus praticantes, e a produção de dados estatísticos pela polícia civil e instituto de segurança pública do Rio de Janeiro e dá outras providências.....	27
1.4 Lei n.º 8.113/2018: Cria o Estatuto Estadual da liberdade religiosa e dá outras providências.....	28
1.4.1 Lei n.º 9.210/2021: Regulamenta o Capítulo III, da Lei n.º 8.113/201855 para dispor sobre a política de combate à intolerância religiosa no ambiente escolar.....	45
1.5 Lei n.º 9.212/2021: Dispõe sobre o programa de assistência às vítimas de intolerância religiosa no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.....	50
1.6 Resolução n.º 382/2021: Cria a comissão parlamentar de inquérito – CPI – destinada a apurar as causas e consequências dos casos de intolerância religiosa no Estado do Rio de Janeiro.....	53

1.7 Lei n.º 9.276/2021: Dispõe sobre a elaboração de relatório com estatísticas relacionadas à discriminação contra indivíduos ou grupos em razão da sua etnia, raça, cor, classe social, sexualidade ou por intolerância religiosa, ocorrida no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.....	55
1.8 Lei n.º 9.301/2021: Institui o mês “abril verde”, dedicado a combater a intolerância religiosa no Estado do Rio de Janeiro	57
1.9 Lei n.º 5.931/2011: Dispõe sobre a criação da delegacia de crimes raciais e delitos de intolerância – DECRADI	59
2 Da Jurisprudência Estadual	65
1. Impossibilidade de compreensão	66
2. Eventuais aproveitamentos oportunistas, mediante reforço de sentimentos sectários, os quais devem legitimar poucos escolhidos (ou, dizendo melhor, “povo escolhido”) no mercado concorrencial da fé – tudo a partir da narrativa de pureza étnica-religiosa e, conseqüentemente, ensejando compartilhamento de insegurança (ante recursos escassos) por todo corpo comunitário religioso.....	66
2.1 Apelação criminal n.º 0039486-88.2017.8.19.0002	67
2.2 <i>Habeas corpus</i> n.º 0037887-18.2020.8.19. 0000	69
2.3 Apelação criminal n.º 0035974-91.2017.8.19.0004	72
2.4 Apelação criminal n.º 0153479-93.2009.8.19.0001	75
3. Dos temas relevantes em tema relevante – relevância	85
3.1 Direitos Humanos: - nunca vi, nem comi. Eu só ouço falar!	86
3.2 Bandido bom é bandido morto! Direitos humanos? Só para humanos direitos!.....	88
3.3 Circunstâncias: se não as salvo, não me salvo eu. Em uma cosmovisão ocidentalizada, o Hijabe não é direito à liberdade religiosa; antes, atentado!	90

3.4 Uma coisa... uma coisa, outra coisa... outra coisa: da ausência de necessária relação de antecedência entre narrativa violenta e crime violento	92
3.5 Se Deus é brasileiro, o Papa é “carioco”!.....	94
3.6 Não se trata de eficácia, mas efetividade.....	96
3.7. Conclusão da conclusão.....	99
4. Sobre podres poderes	101
4.1 A “racionalidade” da “lógica identitária”	106
4.2 A paz de Gandhi	108
4.3 Samborê, pemba de Angola.....	113
5. Não é problema meu?	117
5.1 Fatos são fatos	118
5.2 Embargos de declaração.....	126
5.3 Corpos úteis e docilizados	129
5.4 Vou apertar, mas não vou acender agora.....	133
6. Daqueles que não creem	137
6.1 Recomeçando.....	144
6.1.1 É, ou não é? – “Dai, pois, a César o que é de César...”	145
6.2 Errar, errar, errar.....	148
6.3 Mooyo.....	149
6.4 Marvin.....	151
7 Incorporação não é distúrbio.....	157
7.1 Só na portinha.....	158

7.2 Da réplica, quiçá tréplica.....	165
7.3 Generalizando, ou não.....	168
8 Além da porta existe paz	175
8.1 O sem luz.....	177
8.2 Do céu ao inferno.....	178
9 O domínio por preceitos socialmente estruturados.....	181
9.1 Do processo de estruturação social de preceito religioso: entre o maniqueísmo e a multiplicidade, a força decorre da sociedade.....	184
9.2 Umbanda, a busca por legitimidade; Candomblé e a busca da identidade	187
Conclusão	195

Anexos

Anexo I.....	209
Anexo II	215
Anexo III	223
Anexo IV Da assistência religiosa no sistema carcerário.....	225
Anexo V TVLC – Termo de Vontade Livre e Consentido	227
Anexo VI Formulário de direcionamento de entrevista.....	229
Bibliografia.....	231